



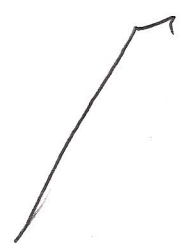
**Instituição Comunitária de Crédito
Conquista Solidária**

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013
e opinião dos auditores independentes**



Índice

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	3
BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO.....	5
BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL	8
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.....	10



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e membros
Instituição Comunitária de Crédito Conquista Solidária

Examinamos as demonstrações financeiras da Instituição Comunitária de Crédito Conquista Solidária, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração da Instituição sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição Comunitária de Crédito Conquista Solidária é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição Comunitária de Crédito Conquista Solidária para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição Comunitária de Crédito Conquista Solidária, ICC Conquista Solidária em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, BA, 23 de Julho de 2014.

LITES AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S
CRC BA-3091/0-4

André Luis de Carvalho Bittencourt
Contador CRC BA 18950/O-0
CNAI. 2121 IBRACON 4556



Instituição Comunitária de Crédito Conquista Solidária

Balanco Patrimonial
(Em Reais, excluídos os centavos)

	<u>Notas</u>	<u>31 Dez 2013</u>	<u>31 Dez 2012</u>
ATIVO			
CIRCULANTE			
DISPONÍVEL			
	4		
Caixa e Bancos		75.045	40.309
Aplicações financeiras		850.811	512.998
		<u>925.856</u>	<u>553.307</u>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO			
	5		
Carteira de empréstimos		3.143.451	2.969.012
(-) Parcelas pagas parcialmente		(225)	(2.902)
(-) Provisão créditos liquid. duvidosa (PCLD)		(63.132)	(87.782)
(-) Rendas de cobrança		(460.728)	(407.283)
		<u>2.619.366</u>	<u>2.471.046</u>
OUTROS CRÉDITOS			
Outros valores a receber		36.027	35.792
Seguros a apropriar		1.482	1.145
		<u>37.509</u>	<u>36.937</u>
Total do Circulante		<u>3.582.730</u>	<u>3.061.289</u>
NÃO CIRCULANTE			
REALIZAVEL A LONGO PRAZO			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO			
	5		
Carteira de empréstimos		18.340	12.836
(-) Rendas de cobrança		(1.321)	(2.696)
		<u>17.020</u>	<u>10.140</u>
OUTROS CRÉDITOS			
Impostos federais a recuperar		11.192	11.192
		<u>11.192</u>	<u>11.192</u>
Total do Realizável a longo prazo		<u>28.212</u>	<u>21.332</u>
INVESTIMENTOS			
Participação societária		70	70
		<u>70</u>	<u>70</u>
IMOBILIZADO			
	8		
Bens de uso		102.489	96.594
(-) Depreciação acumulada		(50.731)	(39.793)
		<u>51.758</u>	<u>56.800</u>
INTANGÍVEL			
	8		
Intangível		8.017	8.017
(-) Amortização acumulada		(806)	(806)
		<u>7.210</u>	<u>7.210</u>
Total Não Circulante		<u>87.251</u>	<u>85.413</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>3.669.981</u></u>	<u><u>3.146.703</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Instituição Comunitária de Crédito Conquista Solidária

Balanco Patrimonial
(Em Reais, excluídos os centavos)

		<u>31 Dez 2013</u>	<u>31 Dez 2012</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE	9		
Obrigações de financiamentos e repasse		341.577	270.411
Salários e obrigações sociais		39.797	35.317
Obrigações fiscais e tributárias		5.607	6.648
Provisões trabalhistas		9.261	11.126
Fornecedores		18.348	2.001
		<u>414.591</u>	<u>325.502</u>
Total do Circulante		<u>414.591</u>	<u>325.502</u>
NÃO CIRCULANTE			
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	9		
Obrigações de financiamentos e repasse		1.835.724	1.494.863
Convênios e termo de parceria		-	-
Obrigações fiscais e tributárias		8.382	8.382
		<u>1.844.106</u>	<u>1.503.244</u>
Total do Exigível a Longo Prazo		<u>1.844.106</u>	<u>1.503.244</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PATRIMÔNIO SOCIAL	10		
Doações e subvenções		150.000	150.000
Superávits ou déficits acumulados		1.167.957	1.126.812
Ajuste de exercícios anteriores		2.248	(129.837)
Superávit ou déficit do exercício		91.080	170.981
		<u>1.411.285</u>	<u>1.317.957</u>
Total Não Circulante		<u>3.255.391</u>	<u>2.821.201</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>3.669.981</u></u>	<u><u>3.146.703</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Demonstração do Superávit ou Déficit
(Em Reais, excluídos os centavos)

	<u>31 Dez 2013</u>	<u>31 Dez 2012</u>
RECEITAS		
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receitas de operações de crédito	1.121.975	1.121.188
Outras receitas operacionais	81.900	45.273
Receitas financeiras	32.366	31.967
	<u>1.236.242</u>	<u>1.198.428</u>
DESPESAS		
DESPESAS OPERACIONAIS		
Custo da capitação de recursos	(140.269)	(128.749)
Despesas com provisões e perdas	(127.239)	(124.557)
Total Despesas operacionais	<u>(267.509)</u>	<u>(253.306)</u>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
Despesas com pessoal	(610.225)	(524.611)
Despesas administrativas	(236.486)	(212.873)
Despesas financeiras	(3.044)	(2.340)
Despesas com depreciação	(12.404)	(11.938)
Despesas tributárias	(13.678)	(11.528)
Despesas sociais	(1.816)	(10.850)
Total Despesas administrativas	<u>(877.653)</u>	<u>(774.141)</u>
TOTAL DE DESPESAS	<u>(1.145.161)</u>	<u>(1.027.447)</u>
DÉFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	<u>91.080</u>	<u>170.981</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social
(Em Reais, excluídos os centavos)

DESCRIÇÃO	Doações e subvenções	Superávits ou déficits acumulados	Ajuste de exercícios anteriores	Superávit ou déficit do exercício	Total
Saldos em 31/12/2010	150.000	542.158	-	272.066	964.224
Transferência de saldo	-	272.066	-	(272.066)	-
Superávit em 31/12/2011	-	-	-	312.589	312.589
Saldos em 31/12/2011	150.000	814.224	-	312.589	1.276.812
Transferência de saldo	-	312.589	-	(312.589)	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(129.837)	-	(129.837)
Superávit em 31/12/2012	-	-	-	170.981	170.981
Saldos em 31/12/2012	150.000	1.126.812	(129.837)	170.981	1.317.957
Transferência de saldo	-	41.144	129.837	(170.981)	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	2.248	-	2.248
Superávit em 31/12/2013	-	-	-	91.080	91.080
Saldos em 31/12/2013	150.000	1.167.957	2.248	91.080	1.411.285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Em Reais, excluídos os centavos)

	<u>31 Dez 2013</u>	<u>31 Dez 2012</u>
I - ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Déficit do exercício	91.080	170.981
Mais: Depreciação/Amortização do período	12.404	11.938
Mais: Juros transcorridos	97.079	91.599
Mais: Provisão para devedores duvidosos	(24.650)	77.424
Menos: Variações e ajustes	(4.428)	(5.122)
Mais: Ajustes que afetam o fluxo de caixa das atividades operacionais	(6.581)	(137.562)
	<u>164.903</u>	<u>209.258</u>
Variação de ativos e passivos		
Variação das contas a receber	(131.121)	(290.825)
Variação das contas a pagar	9.089	(26.342)
	<u>(122.032)</u>	<u>(317.166)</u>
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais	<u>42.870</u>	<u>(107.908)</u>
II - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de bens do Imobilizado	7.362	(2.238)
Baixas no imobilizado	(1.466)	-
	<u>5.896</u>	<u>(2.238)</u>
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		
III - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	840.000	500.000
Captação decorrente de convênios e parcerias	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	(516.217)	(553.029)
	<u>323.783</u>	<u>(53.029)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		
IV - REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DAS DISPONIBILIDADES	<u>372.549</u>	<u>(163.176)</u>
V - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES		
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Início do exercício	553.307	716.483
Final do exercício	925.856	553.307
VI - AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDO DAS DISPONIBILIDADES	<u>372.549</u>	<u>(163.176)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Instituição Comunitária de Crédito Conquista Solidária (Banco do Povo), é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, que tem por finalidade básica facilitar o crescimento e consolidação dos empreendimentos de pequeno porte, formais ou informais, dirigidos por pessoas de baixa renda, através do acesso ao crédito financeiro.

A Instituição foi criada por iniciativa da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, com base na Lei Municipal n.º 1.007/99, de 01/12/99, que autorizou a Prefeitura a operar o Banco do Povo no município, com a finalidade de transferência, nas condições de operacionalização do Programa BNDES SOLIDÁRIO, de recursos no montante de R\$ 150 mil para constituição do Fundo Rotativo de Crédito da Instituição Comunitária de Crédito Conquista Solidária.

O Banco do Povo é administrado por um conselho formado por representantes da Prefeitura de Vitória da Conquista, do grupo de associados, Sindicato dos Bancários, CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas), SEBRAE, GEP (Grupo de Economia Popular), Sindicato dos Professores Municipais, Arquidiocese, Orçamento Participativo, Associação dos Microempresários, Federação das Associações de Moradores e Associação de Moradores de Campinhos e Simão.

Além da sede na cidade de Vitória da Conquista, o Banco do Povo atua também em outros oito municípios da região sudoeste da Bahia: Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Brumado, Cândido Sales, Itambé, Poções e Planalto. A Instituição concede créditos destinados a investimentos fixos (compra e conserto de máquinas, equipamentos e ferramentas) e capital de giro (compra de matérias-primas ou mercadorias). As garantias dos empréstimos são baseadas em avalistas, para créditos individuais, ou aval solidário, para grupos formados por três a dez pessoas.

A Instituição está sediada na Rua 7 de Setembro, 135, Centro, Vitória da Conquista, BA, CEP 45.000-540, tem inscrição no CNPJ sob o nº 03.407.390/0001-07 e é detentora do Certificado de OSCIP, concedido pelo Ministério da Justiça em 27/09/2002.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

(a) BASE DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são apresentadas em Reais, com a exclusão dos centavos, exceto quando mencionado.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). Também foram observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente a Resolução nº 1.409/2012, que aprovou a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, e adotado o Plano de Contas Padronizado para OSCIP de Microcrédito, estabelecido pelo MTE/PNMPO.



NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) APURAÇÃO DO RESULTADO

Nas concessões de créditos o resultado é apropriado no momento em que as assinaturas dos contratos são efetivadas, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. Os juros pré-fixados são apropriados ao resultado, na rubrica receitas financeiras de operações de crédito, observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento. Os custos e despesas e as demais receitas também são apurados em conformidade com o regime de competência. Os custos incorridos representam, basicamente, a alocação de recursos humanos e materiais na execução das atividades da entidade.

(b) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Registradas na conta CLIENTES, são demonstradas pelo valor principal acrescido dos juros auferidos até a data do balanço. Os juros futuros são demonstrados na conta redutora RENDAS DE COBRANÇA.

(c) ATIVO IMOBILIZADO

Demonstrado pelo valor de custo de aquisição, deduzida das depreciações que são computadas pelo método linear, de acordo com a vida econômica dos bens, a taxas anuais.

(d) PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

(e) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Representado pelo patrimônio social da ICC Conquista Solidária, acrescido dos resultados superavitários ou deficitários anuais, conforme caso.

(f) AVALIAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

A Administração não efetuou a revisão do valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

(g) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da instituição use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências e outras avaliações similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A ICC Conquista Solidária revisa as estimativas e as premissas anualmente.

(h) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos



Instituição Comunitária de Crédito Conquista Solidária

contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

NOTA 4 – CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Instituição considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Representado pelos saldos bancários e aplicações financeiras relativas a certificado de depósito bancário, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Valores em reais	
	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Caixa	1.200	1.200
Bancos conta movimento	73.845	39.109
Aplicações financeiras	850.811	512.998
Total	925.856	553.307

NOTA 5 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

(a) CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS

Fontes/Modalidades	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Desenbahia	2.052.259	2.032.950
BNDES	369.896	401.851
Limite de crédito	314.778	283.315
Recursos próprios	134.144	68.624
Aval cruzado	82.401	62.759
SEBRAE	73.648	56.128
Consignado	22.732	19.930
Aval especial/moral	26.386	10.542
Outros	85.547	45.749
Total	3.161.791	2.981.848

O saldo da Carteira de Empréstimos é composto pelo valor principal do empréstimo acrescido dos juros contratuais (carteira vigente), segregados em curto e longo prazos, de acordo com os vencimentos das parcelas. As mutações ocorridas no exercício podem ser assim demonstradas:



Instituição Comunitária de Crédito Conquista Solidária

	Carteira de empréstimo	(-) Parcelas pagas parcialmente	(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(-) Rendas de cobrança	Total
Saldos em 31/12/2012	2.981.848	(2.902)	(87.782)	(409.979)	2.481.186
Adições					
Liberações de empréstimos	6.981.717	-	-	-	6.981.717
Juros de cobrança	1.089.337	-	-	(1.089.200)	137
Provisões	-	-	(103.266)	-	(103.266)
Outras Adições	25.261	(6.888)	-	(1.049)	17.324
Reduções					
Realizações	(7.890.492)	-	-	-	(7.890.492)
Apropriação de juros	-	-	-	1.038.178	1.038.178
Outras reduções	(25.879)	9.565	127.916	-	111.601
Saldos em 31/12/2013	3.161.791	(225)	(63.132)	(462.049)	2.636.385

O índice de remuneração pelo empréstimo varia de 2,83% a 3,99% ao mês, utilizando a Tabela Price para cálculo das prestações fixas, com períodos de pagamentos mensais ou quinzenais e prazos de até 18 meses.

(b) PARCELA PAGAS PARCIALMENTE

Refere-se às parcelas de empréstimos quitadas de forma parcial pelos devedores na data do vencimento, cujo saldo em 31/12/2013 totalizava R\$225.

(c) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (PCLD)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nos relatórios de inadimplência em 31 de Dezembro de 2013, levando em conta a segregação de antiguidade estabelecida pelo MTE/PNMPO. Os cálculos efetuados resultaram numa provisão no montante de R\$63.132. A carteira de empréstimo e a provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31/12/2013 são analisados conforme demonstrado a seguir:

Contratos novos

Faixa de vencimento	% Provisão	Carteira Vigente em 31/12/2013	PCLD
Sem atraso	0%	2.851.507	-
1-30 dias	10%	191.600	19.160
31-60 dias	20%	10.236	2.047
61-90 dias	30%	6.330	1.899
91-180 dias	60%	8.449	5.069
Acima de 180 dias	100%	8.617	8.617
Subtotal		3.076.739	36.793



Contratos Renegociados

Faixa de vencimento	% Provisão	Carteira Vigente em 31/12/2013	PCLD
Em dia	10%	51.956	5.196
1-30 dias	50%	13.419	6.709
31-60 dias	60%	7.379	4.427
61-180 dias	75%	11.010	8.258
Acima de 180 dias	100%	1.749	1.749
Subtotal		85.513	26.339
Total		3.162.252	63.132

(d) RENDAS DE COBRANÇA

Refere-se ao total dos juros provisionados sobre os contratos de crédito, cujo montante é registrado nesta conta no ato da assinatura do contrato. Nos meses subsequentes são efetuadas as respectivas apropriações destes juros como receita do período.

NOTA 6 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

(a) CLASSIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Instituição participa de operações envolvendo instrumentos financeiros não derivativos cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição a eles. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

- Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4): os saldos de disponibilidades têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis;
- Carteira de empréstimos (Nota 5): decorrem diretamente das operações da Instituição, são classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
- Financiamentos (Nota 09): o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Instituição. Os valores de mercado para os empréstimos são idênticos aos dos saldos contábeis.

A Instituição acredita que os demais instrumentos financeiros como contas a pagar e outras dívidas, que estão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Instituição resolvesse liquidá-los antecipadamente.



NOTA 7 – GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

(a) CONSIDERAÇÕES GERAIS E POLÍTICAS

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Conselho Administrativo da Instituição.

A gestão de riscos é realizada pela Diretoria Executiva, de forma não sistematizada, que tem também a função de aprovar as operações de aplicações e empréstimos realizadas pela Instituição.

(b) FATORES DE RISCO:

As atividades da Instituição a expõe a diversos riscos financeiros: riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros), de crédito, de liquidez e operacional. A gestão de risco da Instituição concentra-se na busca de minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, principalmente em relação às perdas na carteira de crédito e na contratação de empréstimos e financiamentos.

⇒ Risco de mercado: é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos da Instituição ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras e dos empréstimos obtidos. Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem a Instituição ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros.

O risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros da Instituição decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos emitidos a taxas pós-fixadas. A Administração da Instituição tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

A Administração da Instituição entende como baixo o risco de grandes variações no CDI e na TJLP nos próximos 12 meses, levando em conta a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como, diante do histórico de ajustes promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. Dessa forma, não tem contratado nenhum tipo de *hedge* para proteger esse risco.

⇒ Risco de crédito: é o risco de prejuízo financeiro da Instituição caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Instituição de clientes e em títulos de investimento.

As concessões de créditos são efetuadas para um grande número de clientes e esse risco é administrado por meio do processo avaliação para a concessão de crédito, incluindo a análise pelo comitê de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na



rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5(c). A exposição da Instituição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Instituição monitora as contas a receber realizando diversas ações de cobrança, incluindo o aval solidário e a suspensão de novos créditos, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos. A grande pulverização da carteira, a forma de parcelamento e os avais solidários diminuem o risco de crédito de sua carteira.

A Instituição está sujeita também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios, principalmente, representados por caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

A Instituição considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras com as quais opera que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

- ⇒ Risco de liquidez: é o risco em que a Instituição irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Instituição na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Instituição.
- ⇒ Risco Operacional: é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Instituição e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Instituição.

O objetivo da Instituição é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos para que se possa valorizar os ativos da instituição, assegurando rentabilidade e liquidez para a instituição, assim como segurança a seus parceiros e credores.

(c) DERIVATIVOS

A Instituição não realizou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, durante os exercícios de 2013 e de 2012.



NOTA 8 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado

Contas	Taxa de depreciação % a.a.	Saldo em 31/12/2013 (em Reais)			Saldo líquido 31/12/2012 (em Reais)
		Saldo da conta	Depreciação	Valor líquido	
Veículos	20%	34.060	(19.301)	14.759	21.004
Sistema de Comunicação e Informática	20%	48.904	(23.346)	25.558	23.382
Móveis e Utensílios	10%	15.526	(5.375)	10.151	10.758
Instalações	10%	3.868	(2.709)	1.159	1.525
Biblioteca	0%	132	-	132	132
Total		102.489	(50.731)	51.758	56.800

Mutações do Imobilizado

Descrição	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Saldo no início do exercício	56.800	66.337
Adições:		
Sistema de Comunicação e Informática	7.152	430
Móveis e Utensílios	210	1.808
Biblioteca	-	-
Reduções:		
Depreciação e amortização	(10.938)	(11.774)
Transferência e baixas líquidas	(1.466)	-
Saldo no fim do exercício	51.758	56.800

Intangível

Contas	Taxa de Amortização	Saldo em 31/12/2013 (em Reais)			Saldo líquido 31/12/2012 (em Reais)
		Saldo da conta	Depreciação	Valor líquido	
Direito de Uso de Software	20%	7.407	(806)	6.600	6.764
Marcas e Patentes	0%	610	-	610	610
Total		8.017	(806)	7.210	7.374

A Instituição não realizou a avaliação da vida econômica útil desses ativos em 2013, mantendo as mesmas diretrizes utilizadas em exercícios anteriores quanto à estimativa de vida útil e taxas de depreciação.



NOTA 9 – PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

(a) OBRIGAÇÕES DE FINANCIAMENTOS E REPASSES

Refere-se a obrigações de financiamentos obtidos junto à Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A (Desenbahia), cujos saldos em aberto em 31/12/2013 são apresentados a seguir:

Contratos	31 Dez 2013	31 Dez 2012	Ref.
Desenbahia 1049/2012/00039	453.808	504.631	A
Desenbahia 1049/2008/00014	70.238	163.656	B
Desenbahia 1049/2010/00025	173.481	231.057	C
Desenbahia 1049/2011/00032	636.012	819.198	D
Desenbahia 1049/2006/00011	-	46.731	E
Desenbahia 1049/2013/00043	341.385	-	F
Desenbahia 1049/2013/00045	502.377	-	G
Total	2.177.301	1.765.273	
Circulante	341.577	270.411	
Não Circulante	<u>1.835.724</u>	<u>1.494.863</u>	

Ref.	Valor R\$	Vencimento	Encargos	Garantias
A	500.000	até 15/07/2020	Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Penhor de direitos creditórios, correspondente a 130% do valor financiado.
B	500.000	até 15/08/2014	Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Penhor de direitos creditórios, correspondente a 130% do valor financiado.
C	330.000	até 15/11/2016	Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Penhor de direitos creditórios, correspondente a 130% do principal e encargos contratados.
D	1.000.000	até 15/04/2017	Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Penhor de direitos creditórios, correspondente a 130% do principal e encargos contratados.
E	500.000	até 15/10/2017	Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Penhor de direitos creditórios, correspondente a 130% do valor financiado.
F	340.000	até 15/05/2021	Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Penhor de direitos creditórios, correspondentes a 130% do principal e encargos contratados.
G	1.000.000	até 15/11/2021	Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Penhor de direitos creditórios, correspondentes a 130% do principal e encargos contratados.



(b) SALÁRIOS, OBRIGAÇÕES SOCIAIS, FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

Refere-se a obrigações que a instituição tem na liquidação financeira de impostos, obrigações trabalhistas e contribuições sociais, no montante de R\$73.014, cujos valores já foram reconhecidos no resultado.

NOTA 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) SUPERÁVITS ACUMULADOS E SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

Representado pelos valores de superávits acumulados a cada ano, após aprovação do relatório de contas pela assembléia geral, bem como o superávit do ano corrente. Após aprovação pela assembléia, esses valores são incorporados ao patrimônio social da instituição para serem reinvestidos nos objetivos sociais, conforme previsto no estatuto.

NOTA 11 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

(a) IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO (CSSL)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre seu déficit (superávit) de acordo com o artigo 174 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR) aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e Lei nº 9.532/97.

(b) PIS E COFINS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. Relativamente à COFINS a isenção se aplica às receitas relativas às atividades próprias das entidades A Instituição efetua o recolhimento da COFINS incidente sobre as aplicações financeiras.

NOTA 12 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2013, o ICC Conquista mantinha cobertura de seguro relativa à cobertura do veículo Fiat Uno Way, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas. Não foram contratados seguros para outros riscos.

*

*

*

